

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 18-12-2019.

---

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dez horas, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, a Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alvoní Medina, Cláudio Janta, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Farid Germano Filho, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi aprovado Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 274/19 (Processo nº 0646/19). Foi aprovado Requerimento de autoria de Mônica Leal, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo nº 275/19 (Processo nº 0647/19), por vinte e sete votos SIM e um voto NÃO, após ser encaminhado à votação por Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, Airto Ferronato, Marcelo Sgarbossa, Roberto Robaina, Comandante Nádia e Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Lourdes Sprenger, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não João Carlos Nedel. Foi apregoado documento de autoria de Cláudio Janta, comunicando seu retorno ao exercício da vereança a partir do dia dezoito de dezembro do corrente. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Barboza, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 097/19 (Processo nº 0386/19), por trinta e dois votos SIM, após ser encaminhado à votação por Reginaldo Pujol, Comandante Nádia, Adeli Sell, Engº Comassetto, Roberto Robaina e Ricardo Gomes, em votação nominal solicitada por Engº Comassetto, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. Na

oportunidade, Comandante Nádia formulou Requerimento verbal, solicitando a retirada de termos do pronunciamento de Adeli Sell durante o encaminhamento à votação do Requerimento nº 097/19, tendo Adeli Sell manifestado sua discordância com o requerido. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Os trabalhos foram suspensos das onze horas e dezesseis minutos às onze horas e vinte minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mendes Ribeiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, após ser encaminhado à votação por Cláudio Janta, Ricardo Gomes e Idenir Cecchim. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Mauro Pinheiro, ao Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/19 (Processo nº 0203/19). Foi apregoado Requerimento de autoria de Cláudio Conceição, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia dezoito ao dia vinte e um de dezembro do corrente. Em Discussão Geral e Votação, esteve o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/19 (Processo nº 0203/19), o qual, após ser discutido por Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, Adeli Sell, Airto Ferronato, Mauro Zacher, Valter Nagelstein, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, e Cláudio Janta, teve sua votação suspensa em face do encerramento da sessão. Foi apregoada declaração de Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento do suplente Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia dezoito ao dia vinte e um de dezembro do corrente, tendo a Presidente declarado empossado na vereança, após a entrega de seu Diploma e Declaração Pública de Bens, bem como a prestação do compromisso regimental, Farid Germano Filho, informando-o que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Também, a Presidente concedeu a palavra a Farid Germano Filho, que se pronunciou nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mônica Leal, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram apregoadas as Emendas nºs 02, assinada por Cláudio Janta, e 03, assinada por Adeli Sell e Marcelo Sgarbossa, ao Substitutivo nº 01 aposto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/19. Foram apregoados Requerimentos de autoria de Felipe Camozzato e Adeli Sell, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 03 aposta ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 018/19. Foi apregoado o Projeto de Resolução nº 053/19 (Processo nº 0560/19), de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Durante a sessão, Idenir Cecchim, Mauro Pinheiro, Airto Ferronato, Valter Nagelstein, Lourdes Sprenger, Hamilton Sossmeier, Moisés Barboza, Marcelo Sgarbossa, Cláudio Janta, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Ricardo Gomes e Aldacir Oliboni manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às doze horas e cinquenta e quatro minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Mendes Ribeiro e Reginaldo Pujol e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 10h:** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

Em votação o Requerimento de autoria desta presidência, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 274/19. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento de autoria desta presidência, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 275/19. (Pausa.)

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, me parece que esse projeto não estava priorizado, então não há motivo para retirar na corrida.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O senhor está enganado, vereador, ele está na Ordem do Dia, sim, ele está priorizado.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Presidente, esse projeto não pode estar priorizado porque ele passou...

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ele pode ser retirado, vereador.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Ele não pode ser retirado porque ele nunca entrou, ele está há 48 horas, precisa para entrar na Ordem do Dia depois...

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Antes de o senhor falar, eu quero registrar aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que esse projeto estará na Ordem do Dia amanhã, mas nada impede a retirada dele hoje. Foi assinado por mim.

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência.

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Bom dia, Sra. Presidente, gostaria que a senhora segurasse o meu tempo, porque nós estamos recebendo aqui os trabalhadores rodoviários, com quem inclusive a nossa bancada ficou, na segunda-feira, das 19h até as 21h30min, conversando no Salão Nobre. Então, nós os recebemos, conversamos e gostaríamos de ter o mesmo respeito que dedicamos aos trabalhadores rodoviários, até porque o tema agora não é o tema de vocês ainda. Se o líder não anunciou, o tema de vocês não será pela manhã; então, acalmem-se, vocês terão bastante tempo nesta Casa para tratar do assunto.

Quanto ao tema que a Presidente coloca, eu preciso fazer alguns registros, porque, especialmente de ontem para cá, várias matérias na imprensa motivaram o assunto dos subsídios – tanto os subsídios dos vereadores para a próxima legislatura quanto os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários. Ver. José Freitas e Ver. Reginaldo Pujol, é obrigação da Mesa Diretora, até a data da eleição, que será em outubro do ano que vem, propor um projeto que estabeleça os subsídios dos vereadores e outro projeto que estabeleça os subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários. Eu fui presidente em 2016, que era o ano máximo para a definição dessas questões. Como nós fizemos em 2016? Vários vereadores me procuravam: “Nós precisamos definir os subsídios e nós queremos colocá-los no valor de 75% do que ganha um deputado, que é o que permite a Constituição”. Ver. Mendes, naquele momento, quando presidia a Casa, eu sempre respondi: “A Mesa Diretora, para propor um projeto, tem que ter apoio da maioria, porque, se não, o projeto não vai ser aprovado”. Nunca, em 2016, os vereadores, que estavam responsáveis por buscar a maioria, conseguiram apresentar, Presidente Mônica, uma condição de maioria para que a Mesa pudesse propor um projeto do jeito que alguns queriam. O que fizemos, Ver. Ferronato? Propusemos a manutenção dos salários como eles eram, Ver.<sup>a</sup> Cláudia. O que aconteceu nesse ano? Alguns vereadores se movimentaram e construíram uma proposta. Quero dizer que eu não estava entre aqueles que se movimentaram no início. Eu disse que, se quinze apoiassem, a bancada PTB seria os outros quatro para completar a maioria daquilo que a maioria entendesse que assim seria. Pois essa informação foi passada para a Presidente, que assim o fez junto à Mesa Diretora e construiu um projeto que, até então, parecia, Ver. Idenir Cecchim, que teria o apoio da maioria. O que acontece é bastante comum nesta Casa: não existe mais a maioria. Por toda a repercussão que deu, com a imprensa, legitimamente, acompanhando, não existe mais a maioria que suscitou a construção do projeto que a Mesa apresentou.

Então, realmente, nós temos duas alternativas: votar o projeto e derrotar, porque não vai passar, pois não tem maioria; ou o que a Presidente está propondo, em nome da nova maioria que se formou e que é contrária ao projeto, ou seja, retirar de tramitação. Isso é possível, sim! O projeto só não está na Ordem do Dia, não poderia ser votado hoje, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Ele poderia ser votado, se priorizado, a partir de quinta-feira, mas ele não estava priorizado, nem poderia estar, porque ainda não estava na Ordem do Dia. Quem senta naquela cadeira tem que fazer a leitura do conjunto da Casa, e a Presidente está, sim, fazendo a leitura do que a Casa está pensando neste momento. Não existe espaço para tratarmos desse tema, ainda, neste ano! Está correta, portanto, a Presidente, e a bancada do PTB vai acompanhar o requerimento pela retirada do projeto. Já vamos antecipar, inclusive, que, no ano que vem, o projeto...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** ...Quem se elege aqui tem os cinco minutos e mais um minuto de tolerância.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB):** Primeiro, é o seguinte: eu não converso com a plateia, porque não é a minha atribuição. Vocês se acalmem! Engraçado que o senhor que está sentado aqui me vaiando, no Salão Nobre, não me vaiou; aliás, conversou bastante, pediu muitas coisas, inclusive o apoio da bancada do PTB. Eu disse para vocês que só teria uma coisa que não terminaria entre nós, o respeito. O respeito não vai terminar, eu respeito a categoria, respeitei vocês na conversa, mas não vou aceitar falta de respeito.

Vou voltar ao termo anterior e vou pedir, Presidente, o minuto adicional que me faltava. Respeitosamente, vocês vão ter um longo período aqui, então, se acalmem, fiquem tranquilos, porque vocês são bem recebidos aqui. Presidente, quero anunciar, adiantar a posição da bancada do PTB para o ano que vem. O PTB não dará apoio a nenhum projeto de reajuste de proventos de vereadores que passe do valor que hoje recebemos. Essa é a posição do Partido Trabalhista Brasileiro. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, bom dia a todos que estão aqui. Presidente, V. Exa., representando a Mesa, pediu a retirada do projeto. É um direito que V. Exa. tem. Agora, nós gostaríamos que esse projeto fosse votado e que os 36 vereadores votassem contra, para não deixar dúvida! Presidente, a senhora fez o seu papel, a senhora é a Presidente da Mesa, não é a Mesa sozinha. Então, o que eu quero propor, para não deixar dúvida... É claro que a pressão ajudou, é claro que a pressão ajudou, mas a bancada do MDB gostaria de votar o projeto ainda hoje e derrotar por 36 a zero. É essa a proposta que nós temos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, especialmente os cobradores que estão conosco nesta manhã. A proposta do Ver. Idenir Cecchim é a mais razoável e apropriada para

encaminhamento desse tema, até para não deixar dúvidas, até para não sermos uns contra e outros salvadores da Pátria. Normalmente, quem é contra – eu estou aqui há 30 anos –, quem vota contra, quando chega o ano seguinte, não devolve o dinheiro, e, se devolve, devolve para algumas entidades, porque com isso eles vão comprar, descaradamente, votos. Eu estou velho na Casa, eu conheço esse assunto. Lá em 1988, a Constituição Federal, numa determinação, uma posição trágica na minha avaliação, definiu o seguinte, Ver.<sup>a</sup> Karen: que os vereadores do atual mandato definam os vencimentos do próximo mandato antes das eleições. Antes das eleições, os deputados federais, os senadores e os deputados estaduais definem o seu rendimento depois de eleitos, logo depois de eleitos eles definem os seus vencimentos. Como nosso povo esquece fácil, quatro anos depois ninguém mais sabe de nada. Agora, nós aqui vamos votar, é claro que o cidadão está com aquilo na cabeça e que a imprensa está batendo na cabeça. Só dá problema. Desde 1988, toda vez em que se define remuneração para a próxima legislatura, a ladainha é a mesma: alguns seguram o pato e outros, depois, ficam com o ovo. Outra observação que eu quero fazer, respeitando os columnistas dos nossos meios de comunicação: não é verdade que a Fazenda municipal vai ter aumento. Não é verdade! A Fazenda municipal vai recompor aquilo que perdeu, e eles não dizem isso! A Fazenda municipal e a procuradoria perderam grandes valores de recurso por uma decisão da justiça. Quando é para pagar o seu sua auxílio-moradia, tudo é legal; agora, quando é para servidor público, para trabalhador, o problema é bem diferente. Sendo assim, eu acredito que seria positiva a proposta do Ver. Cecchim; caso não seja aceita, vamos votar com a nossa Presidente, que tem poderes para fazer isso. Aquele abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Bom dia a todos e todas, aos rodoviários, às rodoviárias que estão aqui presentes; falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, a Presidenta Mônica está lá dando entrevistas, mas eu, novamente, para entrar aqui, Ver. Adeli, tive que fazer a volta, entrar pelo portão de trás, porque vi ali na frente a Choque, a Brigada Militar, aí eu acho que esse tratamento que dão para vocês, que merecem todo o nosso apoio, como se fossem bandidos – bandidos! –, merece o nosso repúdio. Não estou dizendo que a Brigada Militar e os órgãos de segurança não possam fazer o seu papel, mas estão ali na frente de forma ostensiva, e é claro que aí já existe um julgamento com relação a vocês. Então, quanto a isso, todo nosso repúdio.

Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, eu tenho três minutos, e o tema aqui é o subsídio dos vereadores, então, se puder se inscrever... Eu subo aqui para falar, logicamente, desse projeto, que está felizmente sendo retirado, que trata do aumento dos vereadores e do prefeito. Eu acho estranho que o Ver. Cassio Trogildo suba aqui, porque ele foi um dos articuladores, pelo que eu entendi, do projeto que tentava aumentar, percebeu a reação contrária e veio aqui fazer uma fala como se fosse contra o aumento. Então não nos enganemos, não nos enganemos! Eu quero lembrar aqui, Ver.<sup>a</sup> Karen, que nesse projeto estava dito que ia ser reduzida a verba de gabinete; eu quero lembrar que a verba de gabinete não vem para remuneração dos vereadores, são recursos que estão ali para ser usados a favor do mandato, como xerox, telefone, enfim, questões que envolvem o mandato. Nesse projeto, estava ali a redução da verba de gabinete de R\$ 20 mil para R\$ 12 mil. Eu quero dizer aqui que nós podemos manter o projeto somente nessa parte – somente nessa parte –, se vocês concordarem. Acho que a Câmara tem devolvido, ao longo dos anos, recursos para a Prefeitura, isso mostra que é um recurso não utilizado, portanto está na hora de nós oficializarmos isso, reduzindo as verbas de gabinete.

Quero aqui deixar a nossa posição. O Ver. Paulinho Motorista, que faz parte da Mesa Diretora, foi voto contrário a esse projeto do aumento da remuneração; o Ver. Adeli Sell, na CCJ, foi contrário; o Ver. Roberto Robaina foi contrário; nós não concordamos com esse projeto, ainda mais colocado para votar no final do ano, às pressas, numa reunião conjunta das comissões, ontem, a toque de caixa. Efetivamente, gostaríamos de entender quais são os vereadores que são favoráveis a esse projeto, que subam aqui e defendam, e não, Ver.<sup>a</sup> Karen, subam agora aqui tentando capitalizar politicamente. Vejam, se estivessem silenciosos, até poderíamos respeitar, mas subir aqui para fazer uma capitalização política daquilo que propuseram e agora recuaram, aí é subestimar a inteligência da população de Porto Alegre. Fica aqui o nosso voto, o Partido dos Trabalhadores entende que nós precisamos rever várias práticas da política, e essa é uma delas. Obrigado.

(Revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Pois não, Ver. Airto Ferronato.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Depois da manifestação do Ver. Marcelo Sgarbossa, meu estimado amigo, quero fazer um registro aqui: tem que ter um pouco de cuidado para não ir para a tribuna esparramar problema para tudo que é lado depois que nós já falamos. Não é possível chegar e dizer que alguém é responsável por tudo. Eu assumo a responsabilidade de ver como será o vencimento do vereador daqui a dois anos; não quer dizer que nós estamos fixando valor. Temos que votar um projeto de lei. Então, não dá para sair falando coisas que não devem ser faladas.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Ferronato. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência.

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Bom dia, Presidente, vereadores e vereadoras. O que nós estamos debatendo aqui é sobre essa proposta que havia sido feita ontem e que, felizmente, em 24 horas, foi derrotada. Era uma proposta de aumento do salário dos vereadores, dos secretários e do prefeito Marchezan. Imaginem o prefeito Marchezan ganhar 40% de aumento quando a vontade popular é demiti-lo! Eu disse que eu faço um juízo político do funcionamento da Câmara de Vereadores, da produtividade da Câmara em termos de votações favoráveis aos interesses populares. Acho que, sob esse ponto de vista da produtividade da Câmara, não é à toa a rejeição aos políticos e às instituições, porque, infelizmente, as instituições políticas não têm correspondido aos interesses populares, razão pela qual a população não apoia um centavo de aumento para os vereadores. Nisso, a população tem razão, e é por isso que nós estamos derrotando esse aumento. Esse é o primeiro ponto, é isso o que está sendo discutido.

Hoje, além dessa derrota já consagrada, nós temos uma enorme necessidade, infelizmente. Observem que os governantes em geral, quando as câmaras municipais, as assembleias legislativas e os congressos nacionais funcionam a todo vapor, sobretudo no final do ano, tentam votar – podem escrever! – projetos impopulares, projetos contra os interesses do povo ou para manter e reproduzir privilégios. Para defender o povo, infelizmente, as instituições políticas não têm funcionado rapidamente. E o desafio hoje está posto aqui! É um desafio que eu sei que não é fácil, mas nós vamos lutar até o último minuto, nós não vamos sair daqui, nós não vamos desistir, nós vamos dar toda a nossa energia para derrotar esse projeto indecente do prefeito Marchezan que quer liquidar com a categoria dos cobradores e derrotar os trabalhadores rodoviários.

Eu quero dar os parabéns a todos os trabalhadores rodoviários, a todos os motoristas e cobradores que se mobilizaram, porque, se hoje teve problema no trânsito de Porto Alegre, é culpa deste prefeito que só se importa com os empresários! (Palmas.) Em pleno dezembro, o que o prefeito Marchezan invariavelmente quer fazer é confusão na cidade de Porto Alegre. É isso o que este prefeito quer fazer! (Palmas.)

Para terminar, quero dar os meus parabéns ao pessoal da Nortran, que está em peso; ao pessoal da Carris, que está em peso; ao pessoal da Sopal, e sei que tem trabalhadores e trabalhadoras de outras empresas. O Ver. Paulinho acaba de me lembrar dos trabalhadores da Belém. Eu quero dizer que, hoje, tem coisas que acontecem que realmente são boas. São lufadas de ar fresco que a gente recebe, como receber a visita de vocês na Câmara. Eu sei que vai ser uma jornada difícil para vocês – vai ser difícil! – , porque vocês vão escutar, às vezes, barbaridades e, infelizmente, não podem contestar aqui, desta tribuna, mas vocês estão dando um exemplo. É assim que se faz: com organização, com luta, com mobilização. Parabéns à categoria rodoviária! (Palmas.)



Assim como nós estamos derrotando um projeto totalmente inapropriado de aumento do salário dos vereadores, dos secretários e do prefeito Marchezan, eu espero que a gente derrote esse projeto dos cobradores.

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu espero...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Senhores e senhoras, por favor, o Ver. Robaina está na tribuna, vamos deixar que ele termine o seu pronunciamento.

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** ...Eu quero deixar claro aqui que nós já temos os votos da bancada do PSOL – o meu, o da Ver.<sup>a</sup> Karen e o do Ver. Prof. Alex Fraga – e temos quatro votos da bancada do PT. Eu sei, posso estar enganado, o Cassiá que me corrija, mas o Cassiá também eu sei que está comprometido; o Ver. Nedel, do PP, também está comprometido; a Ver.<sup>a</sup> Mônica; felizmente, a Ver.<sup>a</sup> Cláudia está conosco; o Ver. Márcio Bins Ely; o Ver. Paulinho Motorista; o Aírto Ferronato. Não sei se eu estou me esquecendo de algum, todos esses que eu falei eu tenho certeza de que vão estar junto conosco. Nós temos que garantir que outros...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência, pelo governo.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB):** Obrigada, Presidente Mônica; colegas vereadores, público que está nesta Câmara de Vereadores hoje, plateia tão qualificada que está aqui e os que nos assistem pela TVCâmara; esse projeto é da Mesa Diretora, é da Presidente e de todos aqueles vereadores que compõem a Mesa. Eu acho que não há mais dúvida nesta Casa de que nós, através de um acordo de líderes, podemos e devemos colocar em votação o requerimento nominalmente, para que esse projeto seja derrotado pelos 36 vereadores, para que acabe essa intranquilidade de toda a Porto Alegre, e que nós possamos votar contra essa reposição salarial. Quero relembrar à bancada do PT, e é importante a gente relembrar algumas coisas, porque passam despercebidas muitas vezes, que, em 2011, a Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon fez uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado para que a reposição salarial acontecesse na

mesma legislatura, o que foi reprovado pelo Tribunal. A própria bancada do PT, que hoje aqui vem usar, muitas vezes, da demagogia, do populismo, também o fez, porém de forma errada, querendo fazer a reposição na própria legislatura.

Quanto à fala – e eu vou agora me dirigir aos senhores e senhoras que estão aqui sentados na plateia nos ouvindo – do Ver. Marcelo Sgarbossa de que a Brigada Militar está lá nas ruas e que esse tratamento seria porque os senhores são bandidos, eu quero dizer – prestem atenção! – que a Brigada Militar preserva a ordem, a Brigada Militar mantém a ordem, a disciplina e, mais do que isso, protege a democracia, inclusive, para que os senhores estejam aqui, falando que não querem que esse projeto seja aprovado, enquanto outros querem, enfim. A Brigada Militar, Ver. Marcelo Sgarbossa, não trata esses trabalhadores como bandidos, como o senhor falou. Se a Brigada Militar está aqui, é para garantir que todos – quem é contra e quem é a favor – tenham o seu direito de fala, tenham o seu direito de também se manifestar, tenham o seu direito de ir e vir da melhor forma possível. Na segunda-feira, quando vários cobradores e ônibus pararam, trancando as ruas, estavam ali a Brigada Militar, a Guarda Municipal e a EPTC garantindo a democracia. Então não aceito, Ver. Marcelo, que o senhor venha aqui querendo colocar a Brigada Militar contra os trabalhadores, o que é bem comum por parte da sua bancada, mas nós não aceitamos. A Brigada Militar é do Estado e é do cidadão; protege aqueles que querem, democraticamente, falar e fazer as suas manifestações e movimentações em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul. Respeito à Brigada Militar! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria da presidência.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Presidente. Quero saudar os colegas vereadores e o público que está hoje aqui na Câmara e dizer uma coisa que eu tenho feito desde o início do meu mandato, uma coisa que o NOVO tem como compromisso: a transparência e a coragem de assumir as posições. O NOVO tem sido contra, desde o princípio, o aumento de salário de políticos e tem votado assim. Eu ouvi atentamente a fala do Ver. Airto Ferronato, que disse que alguns vereadores votam contra e doam parte dos seus salários para entidades, comprando votos, e outros ficam com os seus. Eu lembro bem, quando houve a primeira votação sobre o tema, que alguns vereadores que votaram contra continuaram recebendo o seu salário e foram cobrados dos colegas vereadores por que não doavam, por que não abriam mão, já que votaram contra. Meu compromisso foi justamente de fazer uma doação para uma entidade com que eu não me relaciono, isso não é comprar voto, e eu desafio, Cecchim, Ferronato, que estão dizendo que isso é comprar voto, a denunciarem na justiça se acham que isso é comprar voto. Porque o salário, uma vez recebido, eu posso doar o valor que eu quiser, a quem eu quiser – isso se chama doação salarial. Se vocês querem vir aqui, mentir que é compra de votos, então façam a denúncia na justiça

e provem que é uma compra de votos. Eu sou contra esse projeto e, por transparência também, eu acho que deveria estar anexada ao processo a lista de quem assinou, porque estão cobrando de alguns membros da Mesa Diretora. Eu vejo o Ver. Mendes muito preocupado, veio falar com diversos vereadores, inclusive comigo, que estava sendo acusado de ter assinado e não tinha como se defender porque não constavam no processo as assinaturas; da mesma forma, a Presidente Mônica disse em entrevista que o projeto chegou até ela por assinatura de 19 vereadores. Acho que deveria constar, por uma questão de transparência, ao menos nas próximas ocasiões, quais são os requerentes, para que isso possa ser também disponibilizado, afinal, é assim que nós fazemos em todos os processos aqui na Câmara.

Então gostaria de deixar aqui de novo a minha posição de contrariedade ao aumento de salário – é a posição do NOVO – e de repúdio a vossa fala, Ferronato, porque se você acredita que é crime, denuncia à justiça, porque eu terei o maior prazer de fazer a defesa e mostrar que eu posso doar meu salário a quem eu quiser, o salário é meu, assim como você pode fazer doação de salário. Inclusive, existe, sim, a possibilidade de efeito cascata na Fazenda no caso de aumento de salário dos vereadores, existe esse efeito, se é uma reposição ao que recebiam ou não, fato é que iria aumentar, e isso tem impacto econômico. Deixo registrada aqui a minha posição. Meus cumprimentos, e espero que a gente tenha aqui uma votação transparente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, o Requerimento de autoria da presidência. (Pausa.)

Informo aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que a Presidente não vota porque é maioria simples, para ficar claro.

Vamos fechar o painel. Alguém não conseguiu votar?

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Quero declarar que voto “sim”, mas quero fazer uma declaração de voto, Sra. Presidente. Houve uma lista com 19 assinaturas, eu sempre disse que não seria contrário, mas V. Exa. foi uma que subscreveu a lista, agora faz o requerimento para tirar. Eu teria vontade, o meu desejo era de votar “não” agora, para, depois, votar contra o aumento que eu sempre fui contra. Na verdade, eu só estou votando a favor para que a minha posição não fique em dúvida nunca, mas eu sempre fui contra. Obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Valter Nagelstein, o senhor fez o registro, e eu vou lhe responder, o senhor chegou agora. Esta Presidente disse que o Requerimento estava...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Valter Nagelstein, o senhor mantenha a postura legislativa, o senhor está querendo aparecer. Esta Presidente não vota porque é maioria simples. Esta Presidente retirou o projeto de votação porque a maioria dos vereadores que levou à Mesa Diretora da Câmara Municipal este projeto recuou, então, neste momento, perdeu o sentido. Ver. Idenir Cecchim, eu tenho que apregoar o resultado, após a manifestação intempestiva do Ver. Valter Nagelstein. Registro o voto “sim” dele.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Eu gostaria de votar contra o projeto, mas como a maioria quer encaminhar a retirada, eu mudo para “sim” também.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Idenir Cecchim muda de “não” para “sim”. É isso, Ver. Cecchim?

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, eu queria que ficasse o projeto para ser votado, mas como a Sra. Presidente apresentou este Requerimento, eu vou votar “sim” ao Requerimento, mas eu queria votar era o projeto.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver.<sup>a</sup> Lourdes. O projeto seria votado amanhã.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Voto “sim”, Presidente. Gostaria de votar “não” ao projeto; voto “sim” ao Requerimento.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Pinheiro vota “sim”.

**VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC):** Voto “sim”.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Acompanhando a lógica do líder Idenir Cecchim, eu voto “sim”.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Ver. Moisés Barboza vota “sim”. A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger mudou seu voto de “não” para “sim”. Que fique bem claro que nós estamos votando o requerimento da retirada do projeto de aumento dos subsídios dos vereadores, que foi encaminhado pela grande maioria para Mesa Diretora, e a Mesa Diretora, como normal, encaminhou à CCJ, que analisou a constitucionalidade e encaminhou ao Plenário para debate e votação.

(Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**. A consequência é o arquivamento deste processo.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Presidente Mônica, o assunto é leve, não se preocupe. Apenas para registrar que, mesmo ausente, o Ver.

Comassetto também estaria conosco pela retirada do projeto, assim como os demais vereadores que não estão presentes nesta sessão extraordinária, como o Ver. Prof. Alex Fraga e o Ver. Professor Wambert. Obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro, Ver. Marcelo Sgarbossa.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, após conseguir resolver os problemas particulares que eu tinha que resolver – problema de saúde do meu pai –, eu, Ver. Cláudio Janta, comunico que retomo no dia de hoje, 18 de dezembro de 2019, o meu mandato legislativo, reassumindo a minha posição de vereador do meu Partido Solidariedade.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Só para deixar consignado, Presidente, que a minha manifestação é regimental, ela não é intempestiva. Eu tenho direito, pelo Regimento, a justificar o meu voto. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feitos os registros. Ver. Mauro Pinheiro, o senhor mantém o pedido de verificação de votação do projeto de aumento de subsídios do prefeito?

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Não.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Então o projeto de aumento dos subsídios do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários está arquivado.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito a retirada da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje do PLL nº 116/18 e que seja incluído na priorização de votação da Ordem do Dia da próxima sessão.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 097/19 – (Proc. nº 0386/19 – Ver. Reginaldo Pujol) –** requer seja encaminhada Moção de apoio e de solidariedade às famílias dos policiais militares Rodrigo Silva Seixas e Marcelo de Fraga Feijó, ambos falecidos em serviço no dia 26 de junho de 2019.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Em votação o Requerimento nº 097/19. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Sra. Presidente, esta moção, de certa maneira, perdeu sua razão de ser à medida que ela está há 120 dias aguardando a votação. De qualquer sorte, eu a mantenho para que o governo do Estado saiba da posição da Câmara de Vereadores com relação a esse episódio. Só por essa razão, eu permito que ela entre em votação agora, porque, sob efeitos práticos, ela perdeu; tem o efeito simbólico de demonstrar que a Câmara de Vereadores se encontra atenta para as coisas que acontecem na cidade e solidária com as famílias de onde saíram essas vítimas. Obviamente, essa solidariedade tem que ter sentido prático. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 097/19.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB):** Obrigada, Presidente Mônica Leal. Só quero dizer, Ver. Pujol, que essa sua moção não está fora do tempo, continua sendo muito importante, porque não são só as famílias desses dois policiais que precisam da nossa solidariedade. Esses dois faleceram trabalhando em prol da comunidade gaúcha, foram mortos por criminosos e bandidos, e não como o Ver. Marcelo Sgarbossa disse: que a Brigada Militar trata os senhores como bandidos e que isso ele repudia. Quem repudia essa fala sou eu!

(Manifestações nas galerias.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB):** Estão vaiando a Brigada Militar? Só para eu entender. Estão vaiando a Brigada Militar?

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Senhoras e senhores, por favor, eu peço a gentileza de deixarem a Ver.<sup>a</sup> Nádia finalizar a sua fala.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB):** Só quero entender, Presidente, se eles estão vaiando a Brigada Militar para a gente entender o que é, mas, enfim, Ver. Pujol, sua moção vem muito em voga e é relevante porque outros policiais militares morreram em prol do povo gaúcho, foram mortos pelas mãos de bandidos. Depois desses dois, vieram mais três. E se nós, na Câmara de Vereadores, não estivermos a favor da Brigada Militar... Realmente, que falem quem é a favor de mocinho e quem é a favor de bandido! Nós aqui somos a favor da Brigada Militar, e essa sua moção é muito importante para dizer que a Câmara de Vereadores escolhe o

seu lugar, escolhe o seu lado, e é o lado de quem cuida e protege os gaúchos e gaúchas do nosso Rio Grande do Sul. Obrigada, parabéns.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 097/19.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, senhoras e senhores, eu vou solicitar que não se tripudie sobre a alma de mortos. Nós estamos aqui, Ver. Pujol, para apoiar a dor das famílias das pessoas mortas. Que a Comandante Nádia se dê ao respeito, porque ela trabalhou no governo Tarso Genro, na Brigada Militar, cuidando da Lei Maria da Penha! Nós respeitamos o trabalho que a Comandante fez, agora ela que deixe de vir aqui, toda vez, para dizer que o PT é contra a Brigada Militar! O PT respeita a ordem, a lei, o estado democrático de direito. Enquanto alguns defendem milicianos, nós combatemos milicianos, nós apoiamos brigadianos, nós apoiamos a Brigada Militar, gente que entrou pela porta da frente, que fez concurso, que luta, que expõe a sua vida! Em respeito aos dois mortos, às famílias dessas pessoas, às almas dessas pessoas, nós estamos aqui para combater toda forma de crime organizado. Nós combatemos o banditismo de dia, de noite, 365 dias por ano. Agora, nós, que defendemos a lei, a justiça, o estado democrático de direito, sabemos que ele tem uma mão de ida e uma mão de volta. Respeito às pessoas, respeito às profissões, às tarefas, à dignidade das pessoas. Por isso, Pujol, a bancada do PT – nosso líder Marcelo Sgarbossa, Oliboni, Comassetto e este vereador que aqui fala –, como sempre, em defesa do estado democrático de direito, em defesa da justiça, em defesa daqueles que tombaram no cumprimento do seu dever, vota “sim”! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB) (Requerimento):** Presidente Mônica, eu gostaria que o Ver. Adeli Sell retirasse das notas taquigráficas a fala de que esta vereadora tripudia em cima de corpos. Eu venho da Brigada Militar e não aceito esse tipo de manifestação do Ver. Adeli, que não sabe o que é o serviço da Brigada Militar. E, sim, o Ver. Marcelo repudiou a presença da Brigada Militar ali fora! Por quê!? Porque, se não se sente à vontade com a Brigada Militar, o que é? Peço a retirada!

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Eu não retiro nada! Nada! Nada! Nada!

(Manifestações nas galerias.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 097/19, pela oposição.

**VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT):** Sra. Presidente, meus colegas vereadores, trabalhadores e trabalhadoras aqui presentes. Venho aqui em nome da oposição, em nome do líder da nossa bancada do PT, Ver. Marcelo Sgarbossa, e do nosso líder da oposição, Ver. Robaina, dizer que nós votaremos favoravelmente à moção do Ver. Reginaldo Pujol. Agora, nós precisamos dizer algumas questões aqui que não podem continuar acontecendo. Primeiro, Ver.<sup>a</sup> Mônica, é inadmissível colocar a Brigada Militar e a Guarda Municipal para impedir a população de entrar nesta Casa! Para impedir que este vereador entrasse pelo portão principal. Eu disse: “Eu não vou entrar por nenhum portão secundário! Esta é a entrada principal da Casa!”. E, aí, eu fui barrado, Ver.<sup>a</sup> Mônica. Após eu forçar a barra para entrar, abriram o portão. Vieram os guardas municipais, um senhor negro, forte, dizendo que eu era uma vergonha para a cidade. E eu disse, alto e bom som: “Vergonha é o que estão fazendo aqui a Guarda Municipal e o senhor, da raça negra, que deveria estar defendendo a população na rua, defendendo as escolas, mas está aqui reprimindo a população”. Isso é uma vergonha, Ver. Mauro Zacher, nós não podemos fazer isso. Hoje, Ver. Pujol, muitos policiais são mortos e acusados de injustiças. Em todas as profissões têm aqueles que sofrem e tombam no dever da sua obrigação, mas a política de Estado oprime esses trabalhadores e muitas vezes os joga contra a população, os joga contra os cobradores que querem garantir o salário da sua família, os joga contra as famílias. Eles têm ordem expressa do Presidente da República: primeiro, atira; depois, pergunta. Isso não está certo, e hoje na periferia quem mais morre são os jovens, são os adolescentes, são os jovens da raça negra, são os desempregados, é esta a população. E por que eles morrem? Porque o tráfico tomou conta, e o Estado e as forças policiais não atacam quem deveriam atacar, que é a máfia dos traficantes, que é a classe média que consome cocaína e vai lá na vila comprar, que são as festas *rave* feitas pela alta burguesia que consome toneladas e toneladas de ecstasy. Isso acontece todos os dias, mas em Paraisópolis entra a polícia militar e mata covardemente uma dezena de jovens que estão ali se divertindo. Portanto, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, nós somos aliados aqui, sim, da senhora e da sua luta na defesa da segurança do povo e contra aqueles que são mortos, mas nós somos contra essa postura do Estado de mandar as suas forças armadas, mandar as suas polícias militares, mandar a Guarda Municipal reprimir a população que busca por direitos.

Eu concluo aqui a minha fala dizendo que esse debate tem que continuar. Aqui na frente, agora, quando eu disse isso, eu me admiro com a segurança que está aqui: um senhor negro fardado até os olhos, com estrutura, para reprimir o povo, e não está lá protegendo, inclusive, a raça negra...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ENG° COMASSETTO (PT):** ...Eu concluo, Sra. Presidente. Esta fala aqui é para dizer isto: nós queremos a Guarda Municipal defendendo as escolas, protegendo os funcionários da Saúde, lá na periferia; nós queremos a Guarda



Municipal protegendo a população; nós queremos a Brigada Militar, sim, do nosso lado, defendendo aqueles que têm que ser defendidos; e vamos prestar quantas homenagens forem necessárias para aqueles que tombarem na defesa da população, e não agindo em nome da repressão contra o povo deste País. Senhoras e senhores trabalhadores, não podemos deixar passar essas posturas autoritárias e de repressão: demite os guardas, demite os cobradores, demite o povo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Engº Comassetto. A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em tempo de Presidente.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Bom dia, senhoras e senhores. Diante das manifestações que eu escutei aqui na tribuna sobre a Brigada Militar estar presente nesta Casa, eu quero informar a todos os meus colegas vereadores e vereadoras, às pessoas que estão aqui nas galerias e aos servidores desta Casa que esta Presidente não solicitou a vinda da Brigada Militar. Mas eu quero dizer também que o Major Osório, de forma muito educada, se colocou à disposição para qualquer problema que ocorra nesta Casa. Então a Brigada, de forma educada, sempre prestativa, pensando na segurança da Casa e na segurança dos senhores e das senhoras, se colocou à disposição com o objetivo de ajudar e não de fazer qualquer ato de repressão. Tenham certeza – eu conheço a Brigada Militar – de que não é essa intenção deles, e não foi um pedido da Presidente desta Casa. A Casa, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da capital do Rio Grande do Sul, está agindo de forma democrática, recebendo todas as pessoas para que façam suas manifestações de maneira educada. Ver. Comassetto, eu informo ao senhor, mais uma vez, que assim que eu recebi a sua mensagem, na segunda-feira, sobre a dificuldade de entrar na Casa – ou que o senhor não conseguia sair, acho que foi isso –, eu lhe informei que não sabia que os portões estavam fechados; fui até lá, conversei com as pessoas, solicitei que abrissem os portões. Então isso também se deve a uma preocupação dos seguranças que são novos e que estão tentando ajudar. Tenham a certeza de que a intenção desta Presidente é que nós possamos construir juntos o projeto que tanto preocupa os senhores e as senhoras: Legislativo, Executivo e cobradores. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Presidente Mônica. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 097/19.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Mendes, em nome do PSOL, eu quero manifestar apoio à proposta do Ver. Reginaldo Pujol, que requer uma moção de solidariedade às famílias dos policiais militares Rodrigo da Silva Seixas e Marcelo de Fraga Feijó, falecidos no dia 26 de junho de 2019. Acredito que esta é uma moção importante, a defesa dos direitos também dos trabalhadores da Polícia Militar e da Polícia Civil é muito necessária. Nós sabemos que os servidores públicos do Estado, no caso, neste exato momento, estão sendo ainda atacados pelo governo Leite, pelo governo do PSDB no Estado. Felizmente, através de uma ação judicial, a nossa deputada estadual Luciana Genro conseguiu barrar o projeto, que, no dia de ontem, seria votado. O MDB informa aqui que caiu a liminar, vamos ver se o MDB agora vota contra ou não, porque, infelizmente, o projeto que está na Assembleia Legislativa ataca os direitos dos trabalhadores da Polícia Militar, da Polícia Civil, do conjunto dos servidores públicos, aumentando as alíquotas previdenciárias. Como eu disse antes, no final do ano, eles preparam os grandes ataques, os ataques aos direitos do povo. No caso, portanto, essa moção de solidariedade é uma moção de solidariedade às famílias desses dois soldados que morreram em trabalho, solidariedade também aos policiais militares e aos policiais civis que estão tendo os seus direitos atacados.

Eu quero aproveitar para informar para as senhoras e os senhores trabalhadores rodoviários que estão aqui conosco que nós, infelizmente, vamos ter uma sessão longa. Eu sou obrigado a informar, porque eu sei que não é fácil vir aqui à Câmara de Vereadores, se mobilizar, mas também, nesse caso específico, são os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que estão em jogo. Vocês não estão aqui em vão! A mobilização que vocês realizaram no dia de hoje pode ser determinante para que nós tenhamos uma vitória, uma vitória no interior da Câmara de Vereadores. Pode ser. Só que, até agora, nós, que somos contrários ao projeto do prefeito Marchezan que liquida os postos de trabalho da categoria dos cobradores quando nós já temos mais de 500 mil desempregados no Estado do Rio Grande do Sul, ainda não temos a maioria dos votos para derrotar o projeto do prefeito Marchezan. Essa é a razão pela qual nós não vamos fazer uma luta política para colocar em votação esse projeto, nós não vamos lutar para colocar em votação esse projeto para perder, nós só podemos lutar para que esse projeto entre em votação se for para ganhar. Quem quer a mudança são eles, nós queremos que a situação fique como está, que a categoria de cobradores não seja mexida. Então, vamos ter que ter paciência, porque o governo deve estar fazendo cálculos – não sei até que ponto e em que quantidade está distribuído cargos para ter a sua maioria –, mas, certamente, ainda está com dificuldade de ter a maioria, razão pela qual o governo não botou para votar, porque, quando – e se – o governo tentar botar para votar, nós vamos fazer o possível e o impossível para tentar impedir essa votação, se for o caso, derrubando o quórum, impedindo que esta sessão legislativa prossiga e que, no apagar das luzes do ano de 2019, um ataque à categoria dos cobradores e dos rodoviários seja realizado. Eu fico muito feliz com a presença do Ver. Janta e da Ver.<sup>a</sup> Cláudia entre nós, que não estavam na segunda. Agora, nós contamos com todos e todas, independentemente de partido! (Palmas.) Nós queremos derrotar esse projeto e nisso somos defensores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** ...Obrigado, Presidente Mendes. Nós queremos derrotar esse projeto; então, nós estamos buscando – e esse é o nosso esforço – o máximo de unidade. Não interessa o partido, não interessa nada. Aqui, o vereador que estiver a favor dos cobradores é nosso vereador! (Palmas.) E eu não citei o Ver. João Bosco Vaz da primeira vez como um vereador que está comprometido também; eu falei, João Bosco, em vários vereadores que têm um posicionamento já claro em relação a esse projeto do prefeito Marchezan e não havia citado, por esquecimento, o seu nome, mas, desde o início, eu sei que é um parceiro nessa luta. (Palmas.) Então, nós temos que somar forças.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Para concluir, vereador.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Eu tenho escutado e depois quero compreender as posições dos republicanos para que nós tenhamos uma vitória na tarde de hoje como nós tivemos uma vitória para impedir o reajuste salarial dos vereadores, dos secretários e do prefeito. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Roberto Robaina. Eu errei no tempo. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 097/19.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Presidente, quero saudar o Ver. Reginaldo Pujol pela iniciativa. Não entendo como alguém pode se opor a uma moção de solidariedade a dois policiais militares que morreram no exercício do dever, defendendo a vida, a liberdade, a propriedade do povo gaúcho. Muito obrigado, parabéns! Vamos votar favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Muito obrigado, Ver. Ricardo Gomes.

**VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM):** Sr. Presidente, eu, como autor do projeto, requeiro a V. Exa., dada a amplitude da discussão que envolveu, que fosse lido exatamente o objeto da nossa proposição.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Pois não, Ver. Reginaldo Pujol.

(Procede-se à leitura do Requerimento nº 097/19.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Solicito que seja registrado o nome daquele indivíduo que está me ameaçando lá do lado, que seja identificado e retirado do plenário.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Feito o registro. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o Requerimento nº 097/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** o Requerimento por **32** votos **SIM**.

(Tumulto nas galerias.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 11h16min)

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM) – às 11h20min:** Estão reabertos os trabalhos. Solicito aos Srs. Vereadores que contribuam para o bom andamento dos trabalhos e retornem às suas bancadas.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Presidente Pujol, mais uma vez eu gostaria que a Mesa, a presidência informasse... Nós temos aqui o espelho do que nós vamos votar na manhã de hoje e, novamente, não consta o conteúdo do projeto que nós vamos debater, aqui só diz, no item seis: “Projeto do governo a ser definido”. Na sessão passada, nós fizemos um requerimento dizendo que o governo tem a obrigação, do nosso ponto de vista, que a Câmara tem a obrigação de informar a todos os vereadores e vereadoras, à opinião pública, ao público que nos assiste, quais são os projetos, sobretudo, Ver. Pujol, quando nós temos, na Câmara Municipal, a visita de tantos trabalhadores e trabalhadoras para acompanhar a votação. É muito importante que isso ocorra. Eu quero deixar claro para o Presidente, e nós vamos ficar aqui até o final, eu espero que os visitantes fiquem aqui até o final, porque nós não vamos ficar nervosos, nós vamos, se for o caso, ver o nervosismo dos outros, mas nós vamos ficar aqui até o final para derrotar o projeto do governo, que eu quero saber qual é, porque não foi dito aqui.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Eu não posso dizer que acolho a sua questão de ordem, V. Exa. fez um discurso e não formulou a questão de

ordem. Eu quero esclarecer que nós estamos cumprindo a Ordem do Dia que foi anunciada até agora. Acontece que um dos projetos que deveriam ser votados nesta reunião, especialmente o primeiro, o Ver. Moisés Barboza pediu que ele fosse transferido para o final; para que um segundo projeto pudesse ser votado hoje, de vereadores, nós passamos pelo terceiro – está aqui na previsão – e estamos votando o quarto; obviamente, após, retornaremos para o terceiro. O registro que o vereador faz acontece no sexto projeto, e, na oportunidade, nós poderemos esclarecer esse fato, que é não é uma questão de ordem do andamento do trabalho, é do que está sendo praticado como um processo que foi acordado entre as lideranças. Quero ressaltar que assumo esta presidência neste momento porque o projeto que nós vamos examinar agora é de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, que vinha presidindo os trabalhos e se afasta nesta circunstância.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Sr. Presidente, de acordo com a reunião de líderes, nós havíamos estabelecido que o primeiro projeto a ser votado na tarde de hoje seria o de lei de liberdade econômica do Município, isso foi acordado na reunião de líderes, nos confirma o diretor legislativo. Eu queria só fazer o pedido, e conversei com o vereador líder do governo que, se fosse possível ainda de manhã, esgotar a discussão para a tarde fazer entrarmos direto no encaminhamento e na votação, acho que ganharíamos tempo, também, para entrar no projeto principal do dia de hoje para o governo.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Vereador, quanto à primeira solicitação de V. Exa., que diz respeito aos andamentos do trabalho, eu repito o que eu referi ao vereador: não é objeto do momento. Obviamente que, no momento oportuno, será devidamente avaliada essa solicitação de V. Exa., que eu entendo que não é uma questão de ordem, de qualquer forma, merece a nossa atenção. Peço aos colegas que sejam objetivos com as questões de ordem, inclusive serem breves e corteses, é o que estabelece o nosso Regimento. Eu não quero ser mais rigoroso do que o rei, de qualquer sorte, eu peço a colaboração de todos.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Peço desculpas por ter me estendido na contextualização, vou ser bem objetivo. Gostaria que, para o início da tarde, fossem reservadas 30 cadeiras das galerias para as pessoas que venham assistir essa votação, que, após finda, podem voltar a ser...

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Não cabe a esta presidência provisória dos trabalhos deliberar sobre isso, é uma medida administrativa, V. Exa. sabe muito bem, porque é muito competente e muito inteligente e sabe que essa providência tem inclusive base regimental para solicitar.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLL nº 201/19. (Pausa.)

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB) (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 018/19. Após retornarmos à ordem normal.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Requerimento do Ver. Mendes Ribeiro tem base regimental. Eu vou ouvir o Plenário a quem cabe a soberana decisão de acolher ou não o requerimento.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Era só uma questão de ordem, Presidente, mas como o senhor achou por bem já começou a discutir o requerimento; foi feito o acordo de que cada vereador teria um projeto seu, apesar do segundo projeto, que seria o primeiro a ser votado, está incluído o Ver. Ricardo Gomes, vai permitir que eu pegue a assinatura de um vereador ou de um líder e acrescente nos meus projetos; eu acho que não. O projeto tem o Ver. Mendes Ribeiro e o Ver. Felipe Camozzato, o que está para votar agora. Aí, depois, o outro projeto tem os vereadores Mendes Ribeiro, Felipe Camozzato e entra o Ricardo Gomes; aí eu acho que nós estamos saindo da regra que nós estabelecemos nesta Casa, e é tudo a ver, Ver. Mendes Ribeiro. O senhor disse nada a ver, mas é tudo a ver, já que nós estamos com dois vereadores subscrevendo um outro projeto que dá uma maioria. Nós temos mais de 50% do que seria das pessoas interessadas nos dois projetos. Então eu acho que teriam que escolher um ou outro, e o outro iria para o segundo lugar da fila.

Eu quero falar, aqui, também, aproveitando, porque tem muitas pessoas aqui preocupadas para saber onde eu estava na segunda-feira, achando que eu não tenho um compromisso com as causas que eu defendo. Eu venho aqui nessa tribuna e sempre reafirmei que causa é causa; dar discurso aqui é muito fácil, eu vi muita gente dando discurso aqui na hora de votar, na questão dos guardadores de carro, e na hora de votar sumiu; na hora de voltar virou o coxo; e tem vários projetos que é assim. Eu fui para rua coletar assinaturas, eu tenho mais de 15 mil assinaturas para não tirar os cobradores de ônibus. Eu fui para rua! Estou ainda com o meu gabinete hoje lá no Centro de Porto Alegre coletando assinatura para não tirar os cobradores. Então eu tenho causa e tenho lado nessa história. Há um ano também vieram aqui na tribuna dizendo que eu fujo da raia e depois tiveram que me pedir desculpas, quando eu cheguei aqui amparado por uma muleta para votar. Então eu quero que peçam desculpas também porque vários sabem a situação da minha mãe que vive com o alemão, dia e noite, junto com ela, e do meu pai que há 12 anos faz hemodiálise. Aí vem para cá dizer que eu sou bunda mole? Vamos respeitar a minha história e a minha trajetória de luta! Eu não viro o coxo, eu sei aonde eu caminho, por onde eu ando e onde eu me forjei. Eu não troco de time toda hora, eu não troco de partido político toda hora, eu não troco de posição toda hora. A minha posição é única e exclusiva. Eu saí da liderança do governo porque não concordo

com esses projetos do sistema de transporte. Então não vai ser nada que vai me mover de votar a favor de um projeto que vai desempregar as pessoas. Assim era o projeto que estava antes aqui, e, por sabedoria, a Mesa retirou. Nós estamos com os municipais há mais de quatro anos sem ganhar sequer a inflação e nos queriam dar aumento. Queriam desempregar vocês e nos dar aumento. Queremos botar vocês na rua, mas queríamos criar um teto de mais de R\$ 25 mil no Município de Porto Alegre que está com as suas contas apertadas. Então, eu quero dizer que para vocês que eu sempre tive o meu lado, e o meu lado sempre foi do povo, sempre foi dos trabalhadores e, se alguma vez me ausentei daqui, foi porque foi necessário. Teve até um jornalista – uma vez que eu estava doente em casa - que disse que eu estava no Caribe, eu estou processando ele, e quase amputei a minha perna. As mentiras são ditas e aqui tem que ser dita a verdade também. Eu não me curvo à minha espinha, a minha espinha não se curva e eu voltarei presente com os rodoviários de Porto Alegre, com os trabalhadores, como sempre estive. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Há um requerimento em votação, e eu esclareço o seguinte: o requerimento tem base regimental. Se ele será acolhido ou não, dependerá da deliberação do plenário. Nós acolhemos o requerimento, tendo admitido que ele seria encaminhado, até, em certa forma, derivado para outros assuntos, mas a decisão final será necessariamente do plenário da Casa, como estabelece o regimento.

O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Bom dia, senhoras e senhores. Quero só esclarecer em razão do que suscitou o Ver. Cláudio Janta. O acordo que foi feito era que cada vereador sugeriria para a lista um projeto do qual é autor. O Ver. Mendes Ribeiro sugeriu um projeto que trata do SAMU; o Ver. Felipe Camozzato, o que seria o próximo e que entrou na sua cota, por assim dizer; e eu sugeri o da liberdade econômica, que é o objeto do requerimento de inversão de pauta. Então não há dois projetos, não há duas cotas de cada vereador, cada vereador indicou um. O que nós estamos sugerindo, e é o requerimento formulado, é que, em vez de votarmos o projeto do Felipe Camozzato, que entrou na cota do Felipe Camozzato, votarmos o que entrou na minha cota. Cota de vereador por cota de vereador; cada um com um na sua cota, não há nenhuma excrescência. Então essa é a sugestão, eu peço, por favor, que acolhamos o requerimento. Espero ter esclarecido, muito obrigado.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, nesse projeto da liberdade econômica, nós já estamos atrasados, Ver. Ricardo Gomes. Muitas cidades gaúchas e brasileiras já votaram isso, em acordo com o que foi aprovado pelo Congresso Nacional, desburocratizando uma série de coisas que são Tranca Ruas no poder público. Os vereadores que assinaram esse projeto foram muito felizes. Eu fui secretário da SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – por seis anos em Porto Alegre. Consegui fazer com que o alvará, que demorava 90, 120 dias, fosse alvará na hora. Conseguimos encaminhar para Câmara, e a Câmara aprovou por unanimidade, Ver. Ricardo Gomes, o alvará provisório, pois, até então, quem não tivesse o habite-se do imóvel não poderia ter alvará, e isso proporcionava alguns malandros cobrarem alguma taxa extra do estabelecimento que eu não tivesse alvará. Então eu defendo que seja votado esse projeto porque é importante a cidade de Porto Alegre, é importante para a população que se desburocratize que se dê oportunidade para as pessoas que querem empreender. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 018/19.

Aprego Requerimento do Ver. Cláudio Conceição que solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 18 a 21 de dezembro de 2019.

## VOTAÇÃO

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0203/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/19**, de autoria do Ver. Ricardo Gomes e outros, que institui a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece normas para os atos de liberação de atividade econômica e a análise de impacto regulatório, altera o § 4º do art. 9º e o art. 11, ambos da Lei nº 8.267, de 29 de dezembro de 1998, o *caput* do art. 4º e o § 3º do art. 6º, ambos da Lei nº 11.212, de 31 de janeiro de 2012, e o § 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975; inclui § 9º no art. 10 da Lei nº 8.267, de 1998, e art. 1º-A na Lei Complementar nº 554, de 11 de julho de 2006; e revoga o § 1º do art. 6º da Lei nº 11.212, de 31 de janeiro de 2012, o art. 7º da Lei nº 10.167, de 24 de janeiro de 2007, o art. 35 da Lei Complementar nº 12, de 7 de janeiro de 1975, o § 6º do art. 47 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, a Lei nº 9.268, de 2 de dezembro de 2003, a Lei nº 9.041, de 16 de dezembro de 2002, a Lei nº 7.109, de 3 de julho de 1992, a Lei nº 6.988, de 3 de janeiro de 1992, a Lei nº 6.721, de 21 de novembro de 1990, a Lei nº 5.867, de 19 de janeiro de 1987, a Lei nº 5.824, de 22 de dezembro de 1986, a Lei nº 3.983, de 2 de maio de 1975, a Lei nº 2.775, de 17 de



dezembro de 1964, a Lei nº 2.612, de 25 de novembro de 1963, a Lei nº 2.061, de 12 de fevereiro de 1960, o Decreto-Lei nº 266, de 11 de outubro de 1945, e a Lei nº 307, de 20 de agosto de 1936.

**Parecer:**

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e do Substitutivo nº 01.

**Observações:**

- com Substitutivo nº 01;
- com Emenda nºs 01, 02 e 03 ao Substitutivo nº 01;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 16-12-19 por força do art. 81 da LOM.

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** Em discussão o PLCL nº 018/19. (Pausa.) O Ver. Mendes Ribeiro com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR MENDES RIBEIRO (MDB):** Bom dia, Presidente Reginaldo Pujol; colegas vereadores, colegas vereadoras, público que nos visita nesta manhã, pessoal dos rodoviários, é um prazer tê-los aqui. Quero dizer que eu tenho muito orgulho de ser um dos que assinam este projeto da liberdade econômica, juntamente com o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Felipe Camozzato. Este projeto é um prêmio àqueles que, com coragem, empreendem na nossa cidade, geram emprego e geram renda. Este projeto vai ao encontro de um dos princípios mais fundamentais da Constituição Federal, que é a liberdade econômica. Eu digo que no meu mandato eu sempre coloquei o empreendedorismo como uma das bandeiras principais, tanto é que quando eu cheguei a esta Casa o meu primeiro projeto foi colocar no calendário de Porto Alegre a Semana Municipal do Jovem Empreendedor; e não só colocar no calendário, mas fazer com que essa semana aconteça, de fato, na cidade. Nós já estamos na terceira edição, com mais de 2.500 participantes, com palestras em toda a cidade, porque eu acredito que a gente só vai fortalecer o empreendedorismo mudando a cultura do porto-alegrense. O empreendedorismo é cultura, e esse projeto veio ao encontro do que a gente quer, liberdade para o cidadão investir nos seus empreendimentos, e poder gerar renda e gerar emprego. O Estado não é mais o empregador, o empregador, hoje, é o empreendedor, este é que faz a diferença na nossa cidade. Tivemos uma reunião aberta sobre o projeto da liberdade econômica e tivemos diversas instituições participando dessa reunião. Quero agradecer essas instituições pelas cartas de apoio aos senhores vereadores, às senhoras vereadoras, ao seu público, pedindo apoio a esse projeto tão importante. Esse projeto já tem lei no Estado, já existe em vários municípios, e cito Esteio, mas quero dizer com orgulho que esse projeto foi um dos primeiros projetos a serem protocolados nos legislativos do Brasil, e por um motivo de muito cuidado, muita cautela, um projeto onde a gente não pode errar, um projeto para o

qual houve medida provisória, teve alterados diversos temas na comissão especial, em Brasília, teve aprovação da lei, e nós, vereadores-autores, resolvemos fazer um substitutivo e trocar quase todo projeto para que ele seja melhor aplicado na cidade de Porto Alegre. É um projeto importante, senhoras e senhores. Porto Alegre tem uma quebra de paradigma, e nós temos que aprovar, e não só aprovar, mas fazer com que essa lei seja respeitada na prática – esse é o nosso objetivo – e que a gente possa ter cada vez mais empreendedores corajosos para gerar renda e emprego na nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR RICARDO GOMES (PP):** Obrigado, Presidente Reginaldo Pujol, quero, com o seu nome, fazer uma homenagem a todos os colegas que, ao longo do tempo, enfrentaram esse tema, defenderam a liberdade econômica em Porto Alegre e ajudaram, cada um no seu tempo e a sua maneira, a enfrentar este tema, que é o tema do empreendedorismo na cidade. O projeto que estamos a discutir agora é o projeto da lei municipal de liberdade econômica. Muitas pessoas perguntaram, por que é que nós precisamos de uma lei municipal se nós já temos a lei federal e a lei estadual. Bom, primeiro, porque há aspectos que são de regulação do Município e que nós estamos fazendo a adequação, em Porto Alegre, ao que já foi aprovado em Brasília e já foi aprovado também na Assembleia Legislativa e deve ir à sanção do governador nos próximos dias. Então gostaria, primeiro, de dizer que esse é um projeto isolado, que caiu do céu, ele está no contexto da lei federal, da lei estadual, mas acima de tudo está no contexto de uma longa tradição de diversos vereadores de enfrentar o tema. E aqui eu quero fazer o reconhecimento do trabalho de todos os vereadores aqui, que foram os secretários da então SMIC, e hoje a Secretaria do Desenvolvimento Econômico: o Ver. Idenir Cecchim, que está aqui; Ver. Valter Nagelstein, o Ver. Dr. Goulart; Ver. Adeli Sell – se outro há, e eu esqueça, por favor, se apresente –, vereadores que ao longo do tempo, ocupando a secretaria, também enfrentaram a necessidade de desburocratizar e simplificar a vida econômica em Porto Alegre. Também os partidos que, em Brasília, ajudaram a votar a lei federal de liberdade econômica, como foi o caso, e eu lembro bem, também porque estava lá em Brasília no dia da votação, do deputado federal Maurício Dziedricki, Ver. Cassio Trogildo, que lá em Brasília defendeu e apoiou a lei de liberdade econômica, inclusive, com discurso contundente favorável à abertura do Brasil para um novo momento de empreendedorismo. O projeto permite que atividades de pequeno risco, de baixo risco, possam operar em Porto Alegre sem licenças do Município. Isto é, sem o alvará e sem outros tipos de licença para as atividades de baixo risco, e isso permite que a Prefeitura e o poder de fiscalização da Prefeitura sejam centrados nas atividades de médio e alto risco, que precisam de um olhar mais atento do poder público. Como mais de 60% dos pedidos que são feitos na

Prefeitura são para as atividades de baixo risco, isso libera energia do poder público para lidar com aquelas atividades de médio e alto risco, o que é positivo não só porque liberta o cidadão para empreender, para tocar sua vida quando ele não ameaça ninguém, como também para garantir que as atividades de médio e alto risco tenham um olhar mais cuidadoso e tenham efetividade na fiscalização. Isso é transformador para o Município de Porto Alegre. Também isso é transformador no Município, Ver. Mauro Pinheiro, exige que o Executivo estabeleça um prazo para cada licença que é pedida, porque hoje, um pedido para o Município, alguns tipos de licença ficam uns cinco, seis, oito anos em análise. Com essa lei, o Poder Executivo vai ser obrigado a dar um prazo para o atendimento ou a negação da licença. Se o Município não cumprir o prazo que ele mesmo estabeleceu, o cidadão fica autorizado, na forma da licença tácita estabelecida na lei federal.

É um projeto salutar, que permite o empreendedorismo, a geração de emprego e renda. O município de Esteio protocolou o projeto depois de Porto Alegre, já é lei em Esteio, e lá aumentou em 30% o número de empresas registradas exercendo esse tipo de atividade. Esse é o efeito que nós queremos em Porto Alegre, uma cidade aberta, empreendedora, com uma visão que as pessoas com o desenvolvimento econômico da cidade. Não é o Município, o Estado, a União que vão, a partir do Tesouro público, fazer empreendimentos; são as pessoas que se dedicam, são os sonhos das famílias que, num ambiente de liberdade, são capazes de prosperar, melhorar sua vida, dos seus filhos e da comunidade que os circunda. Volto à tarde para fazer o encaminhamento, mas é um projeto extremamente salutar que replica em Porto Alegre o que já foi feito na União e no Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, caro Presidente Pujol. Quero dizer que estou muito empolgado, muito motivado com este projeto que nós temos aqui para votar hoje na Câmara Municipal. Aproveito para cumprimentar tanto o Ver. Ricardo Gomes e o Ver. Pablo quanto os demais vereadores, porque, muito embora não estejam como coautores, eu sei que são extremamente simpáticos, trabalham junto do tema de desburocratização e empreendedorismo, como a Ver.<sup>a</sup> Nádia, o Ver. Cecchim, o Ver. Valter, o Ver. Cassiá, o Ver. Bosco, o Ver. Janta, o Ver. Adeli, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Moisés, enfim, tantos outros que estiveram conosco na Comissão Especial de Revisão Legislativa, que estiveram conosco na Frente Parlamentar do Empreendedorismo e da Desburocratização e que contribuem, obviamente, para um ambiente onde seja mais fácil para se empreender, mais fácil para gerar empregos, renda, para que a cidade possa, efetivamente, crescer.

Eu faço uma reflexão também. Geralmente, quando se trata do tema de liberdade econômica, se pensa em grandes empresários, conglomerados, multinacionais.

Eike Batista, Joesley Batista, JBS, esses são justamente os empresários que têm que estar na cadeia. Empresário corrupto, empresa que se favorece de governo, se locupleta para enriquecer, isso é criminoso, isso é bandido! E liberdade econômica prevê justamente condições iguais de competição e liberdade para que qualquer indivíduo, qualquer cidadão possa trabalhar de maneira livre, possa gerar empregos, possa gerar renda e não seja obrigado a ficar tendo que apresentar uma série de provas da sua inocência para fazer sua atividade. Nesse sentido, o projeto de liberdade econômica vem especialmente para esse empreendedor pequeno, Ver. Mauro Zacher, que me olha atentamente, que eu sei que também tem uma importância muito grande com relação ao assunto, tem um trabalho vinculado também com a liberdade econômica, tem também uma preocupação com o desenvolvimento econômico. Para além dos grandes empresários – esses têm departamentos jurídicos grandes, esses têm dinheiro para vencer a burocracia –, tem os pequenos, os microempreendedores, os empreendedores individuais, que são os que mais sofrem com a burocracia nacional. São esses que o PL de liberdade econômica quer ajudar; quer fazer com que o salão de beleza possa ter mais liberdade de fazer o seu serviço; quer fazer com que aquele proprietário de uma *van* de cachorro-quente possa ter mais liberdade para trabalhar; quer fazer com que aquele proprietário de um bar pequeno, de um restaurante pequeno, de uma casa lotérica, de um chaveiro, enfim, pessoas que não são grandes empresários, que não são multimilionários, possam ter mais condições de trabalhar, possam gerar renda e empregos, possam ajudar a desenvolver a nossa capital. Isso é desenvolvimento econômico, isso é liberdade econômica! Liberdade econômica é favorecer que a gente consiga ter um desenvolvimento de todas as camadas sociais. E aí, quando a gente traz um projeto como este, inspirado na lei federal recentemente aprovada, na lei estadual também recentemente aprovada, é para que Porto Alegre possa ter uma perspectiva de aumento de receita oriunda do desenvolvimento econômico e não somente de aumento de impostos, que se torna a única saída alternativa quando não se tem crescimento. Receita do Estado só cresce por duas vertentes: ou por aumento de imposto, Ver. Valter, ou por crescimento econômico. E nós precisamos incentivar que tenhamos mais crescimento econômico, eu sei que o senhor também é favorável e tem trabalhado muito nessas iniciativas. Então, saúdo e agradeço todos os parlamentares que têm manifestado o seu apoio ao projeto de liberdade econômica e têm trabalhado para além do nosso projeto em diversos outros que também tratam do tema. O Ver. Valter também já teve projeto nessa área, é um grande parceiro também na área de empreendedorismo; então, nós queremos, justamente, que a Câmara, independentemente de partido e independentemente de quem são os proponentes, possa dar melhores condições para que a cidade se desenvolva. Por isso, eu saúdo este projeto no dia de hoje e acho que, no final do ano, nós temos aí um grande recado para a cidade de Porto Alegre, de dizer que 2020 virá com maior liberdade, com mais desenvolvimento, com menos burocracia a partir da aprovação do PL de liberdade econômica. Obviamente, nós faremos um debate um pouco mais aprofundado, especialmente, nos encaminhamentos, mas cumprimento todos os colegas desde já na discussão. Bom dia!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Ver.<sup>a</sup> Mônica, solicitei a discussão desta matéria, Ver. Ferronato, já conversamos anteriormente aqui, tenho conversado com várias bancadas e vereadores. Eu queria fazer um apelo em respeito profundo que tenho pelos vereadores Camozzato, Mendes Ribeiro e Ricardo Gomes, que nós discutíssemos e não votássemos hoje. Eu comecei a verificar que as quinze leis que se revogam, algumas, Pablo, isso é líquido e certo, elas não existem, elas não servem, elas já estão ultrapassadas, imposto sindical, etc. e tal, isso é óbvio. Mas tem algumas, e eu queria chamar atenção dos três autores, que eles vão trazer problemas para a administração municipal conduzir esse processo de controle da questão pública. Com aquilo que os senhores falaram anteriormente, nós temos 99% de concordância. Eu falei, inclusive, com o líder do governo. Essa questão da burocracia, Pablo, nós temos total apoio a que as pessoas possam começar a operar, se o poder público, num determinado período, não der as condições. Eu peguei agora um alvará de uma pessoa que tem validade até 2020. Uma pessoa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade ligou para a pessoa – por telefone –, e, se não forem resolvidas tais e tais questões, uma história de um EVU, eu sei que o EVU está encaminhado, vai fechar a fabriquetta do sujeito na sexta-feira. Não, não pode, tem lei para isso. Eu vou fazer um apelo dramático de não votarmos o conteúdo hoje, porque eu acho que a gente tem que ouvir mais os autores sobre as leis revogadas...

**Vereador Mendes Ribeiro (MDB):** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver. Adeli. Quero agradecer a tua intervenção sempre educada, acho que isso é importante para que a gente melhore e qualifique as propostas votadas por este plenário, porém quero comunicar que já há uma discussão com o Executivo sobre esta lei, inclusive tem emendas das Secretarias envolvidas no projeto de lei que estamos votando, e devem encaminhar essa questão para conhecimento de todos os vereadores. Então já há um acordo entre o Executivo e os vereadores-autores sobre as questões diferentes do projeto de lei. Muito obrigado.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Eu entendo que V. Exas., que são os autores, estão dialogando com várias Secretarias e com o governo. Mas eu também conversei com várias pessoas do governo, e não há uma compreensão, Pablo, cem por cento sobre tudo. Eu quero fazer, Ricardo Gomes, o melhor para a cidade. Eu conversei com o Janta há pouco também, há dúvidas, inclusive o Janta está propondo que se tirem algumas revogações para serem discutidas. Eu acho que seria mais sensato, dada a importância de todo o arcabouço jurídico, de como você se organiza, Camozzato, você sabe que eu tenho marchado contigo em várias revogações aqui, não sou daqueles que acham que o Estado tem que meter o bedelho em cem por cento das coisas, 24 horas por

dia, 365 dias por ano. Eu acho que está atrapalhado um monte o empreendedorismo em Porto Alegre. Eu só não queria votar uma legislação que tirasse fora tantas leis sem um estudo mais pormenorizado. V. Exa. pode vir aqui e dizer: “Mas, Ver. Adeli, V. Exa. teve tempo”. Não, a gente até teve tempo, o problema é que neste ano nós tivemos tantas e tantas questões postas, que nem sempre se tem um estudo de tudo. Estava conversando com as assessorias do vosso partido, e também há uma certa insegurança sobre algumas revogações. Então, eu queria que nós, como já fizemos na segunda-feira, fizéssemos uma pactuação aqui. Tem coisas que a gente marcha junto, tem coisas que a gente se separa, mas nesse momento eu proporia: exaurir o debate, Ver. Moisés, terminar o debate, e os encaminhamentos deixar para *a posteriori*, ou nem encerrarmos o debate, para poder ter novas emendas, e nós aprovarmos com calma e tranquilidade, depois. Eu acho que faríamos uma coisa sensata. Sei que os vereadores proponentes têm vontade de aprovar agora, mas eu faço esse apelo, mais uma vez, aos vereadores Camozzato, Mendes Ribeiro e ao Ricardo Gomes. Obrigado.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Presidente Mônica; senhoras e senhores vereadores; senhoras e senhores. Também, inicialmente, quero trazer aqui os meus cumprimentos aos vereadores Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes e Felipe Camozzato pela apresentação deste tema para discussão, e desde já vamos encaminhar favoravelmente à votação deste projeto. Nós temos, e o Ver. Adeli praticamente tirou de mim aquilo que eu iria dizer: a minha dúvida são as 15 leis que serão revogadas ou modificadas. Li o projeto, mas não li o conteúdo daquelas leis. Mas há um livro, de minha autoria, chamado Gestão Contábil de Micro e Pequenas Empresas, e eu fecho, na íntegra, com o que falaram os vereadores Camozzato, o Ricardo Gomes e também Mendes Ribeiro, de que, na verdade, é necessária, sim, uma regra que estabeleça mais agilidade. Portanto, meus cumprimentos, e estaremos juntos. E eu escrevo e digo que uma das saídas deste País, Ver. Felipe Camozzato, uma das grandes necessidades que se tem é o olhar mais cuidadoso com relação as micro e pequenas empresas que nascem no País e que morrem, 60% delas, nos dois primeiros anos. Por quê? Porque nós temos leis rigorosas – mesmas leis que tratam da OAS, como aqui que se falou – que gerem as questões da micro e da pequena empresas. Eu apenas quero registrar o seguinte: recebi, nessa semana, um cidadão dizendo que ao lado da sua casa foi instalada uma padaria e que a fumaça da padaria passa o dia inteiro entrando pela janela da casa dele. Por quê? Porque não há uma fiscalização mais rígida. Portanto, temos esses exemplos e eu acredito, sim, que é possível um olhar sobre essas revogações.

Não sei como estão pensando os autores, mas ao menos que desse uma pequena síntese das leis que estamos revogando, porque o projeto é bom, e eu vou repetir aquilo que eu tenho dito por aí: a saída deste País passa também, e

principalmente, por um olhar mais atento as micro e pequenas empresas brasileiras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR MAURO ZACHER (PDT):** Bom dia, Presidente Mônica; colegas vereadores e vereadoras que em sessão extraordinária se dedicam para que nós possamos cumprir essa agenda intensa de final de ano com assuntos polêmicos que temos no dia de hoje e no dia de amanhã. Os vereadores Mendes Ribeiro, Camozzato e Ricardo Gomes trazem a esta Casa uma legislação que, na verdade, tenta legislar sobre aquilo que tramita no Congresso Nacional e dar para nós uma legislação que possa trabalhar pontos que realmente têm burocratizado e, com legislações muito antigas, ainda merecem uma revisão na legislação. Eu, com a minha assessoria, ainda estou fazendo uma análise sobre aquelas que estão sendo revogadas, mas sobre o conceito e o arcabouço da legislação, evidentemente, a gente a gente quer aprovar, dar a nossa contribuição, entendendo que Porto Alegre, sim, precisa garantir àqueles que querem chegar na cidade, ou àqueles que querem expandir ou permanecer na cidade, menos burocracia, capacidade para poder gerar seus negócios, garantir emprego e renda ao Município. Eu trago aqui, como argumentos para contribuir no debate, uma das matérias recentemente colocados pelo *site* G1, que mostra que 50% do PIB nacional está concentrado em 69 cidades do País, das 5.570 cidades – percebam a importância que os nossos Municípios têm na economia brasileira. E aí, Ver. Mendes, dessas 69 empresas que representam 50% do PIB, sete das 69 representam 25% do PIB brasileiro – percebam a importância e a relevância do assunto que nós estamos tratando hoje. E pasmem, dessas sete cidades que representam 25% do PIB, a única cidade que caiu do *ranking*, de sexto para sétimo lugar, foi Porto Alegre. Então eu trago aqui um argumento para o debate, porque realmente nós temos que melhorar o ambiente dos negócios da cidade, agilizando o processo, garantindo que a máquina pública possa trabalhar nesse sentido, melhorar para que sejam feitos os licenciamentos com mais rapidez, para que o empreendedor enxergue Porto Alegre como uma cidade potencial, para que possa, enfim, fazer os seus investimentos. Nós temos uma indústria que saiu da cidade ao longo dos últimos anos, uma indústria que não só sai da cidade, mas sai do Estado e diminui no País, e isso tem um efeito na economia local muito grande, porque a indústria é geradora de muito valor agregado, de bons empregos, de empregos bem remunerados, e nós sabemos que isso não só tem o efeito nas receitas no Município, na importância que o Município tem em relação ao PIB, mas sobretudo também das boas cabeças que estão se formando nas nossas excelentes universidades, premiadas e reconhecidas, e indo para outros locais do País ou do mundo. Então temos que fazer aqui o bom debate, para que nós possamos garantir que Porto Alegre seja produtora de novos talentos, e a permanência de investimentos e empregos para que nós possamos

garantir essa inteligência na cidade. Aí, podemos aqui ressaltar projetos e iniciativas que estão tramitando aqui, mas eu digo que o projeto de liberdade econômica, embora eu ainda faça uma leitura sobre as revogações, para que nós possamos aqui aprovar uma legislação que seja adequada e que possa incentivar o investimento necessário para o crescimento econômico, mas que, sobretudo, que a gente não flexibilize demais aquilo que diz respeito ao Estado, que é o controle, que é a fiscalização, porque, senão, teremos outras consequências e que depois a população irá nos cobrar. Então, quero dizer aos vereadores que propuseram, ao Felipe, ao Mendes Ribeiro, ao Ricardo, que a iniciativa é válida, é importante. Eu acho que nós temos que continuar nessa linha de garantir que Porto Alegre seja vista como um ambiente fundamental para o investimento, para geração de emprego, para geração de renda, e que nós possamos construir uma capital que saia e que protagonize, como é hoje, está entre as sete cidades maiores, que representam 25% do PIB nacional, e que isso...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Sr. Vereadores, eu fico muito feliz com o dia de hoje, e nós estarmos chegando nesta matéria. Muitos vereadores aqui, no plenário, têm contribuições sobre este tema ao longo do tempo, e eu também. Este projeto me permite contar a vocês e à cidade um pouquinho dessa história. Eu tenho certeza, vereadores, que não há hoje maior problema para quem quer empreender no nosso País, gerar emprego, gerar renda do que a burocracia. Portanto, um dos maiores desafios que nós temos é diminuir a burocracia para facilitar a vida das pessoas, especialmente de micro e pequenos empreendedores. A primeira imagem que eu trago aqui... E este projeto, Ver. Nádia, me permite contar a história dos últimos dez anos da minha vida pública, que é essa luta em favor de quem gera riqueza, de quem gera emprego. Eu trago um texto ali de 2012, quando nós aprovamos aqui em Porto Alegre, Ver. Idenir Cecchim, depois que eu lhe sucedi, a Lei Geral da Microempresa, que eu tenho a honra de ser o autor, e isso é um passo importante nessa questão; nós beneficiamos mais de 150 mil pessoas com a simplificação dos alvarás. Eu tive a felicidade de ser secretário coincidentemente de duas áreas que são importantes para o licenciamento: da indústria e comércio do planejamento urbano. Fizemos a lei geral da microempresa, criamos a linha da pequena empresa, com um ônibus que a Carris nos cedeu, e nós equipamos, junto com o Sebrae, para fazer formalização e formação de micro e pequenos empreendedores; depois fomos buscar no BNDES um recurso de R\$ 20 milhões e fizemos o programa municipal de microcrédito, o Credimicro, que serviu



para apoiar micro e pequenos empreendedores; era R\$ 2.500, era R\$ 3 mil, era R\$ 4 mil, era até R\$ 10 mil para apoiar costureiras, encanadores, pedreiros, taxistas, feirantes, todos esses micro e pequenos empresários. Então a gente atuou na qualificação, na formação, na formalização através do MEI e também no apoio de crédito para essas pessoas. Depois eu tive a oportunidade, Ver. Cecchim, de ser secretário de planejamento urbano e lá implementar o processo eletrônico da provação, porque também eu vejo a que se submete quem quer empreender em Porto Alegre, como disseram os vereadores aqui, pois existem pedidos há 2, 3, 4 anos tramitando dentro da Prefeitura; quantas empresas, Ferronato, eu vi irem embora, fecharem as portas no 4º Distrito e outras regiões, porque não conseguiam ter o habite-se, porque o plano diretor mudou e acabou expulsando as empresas da cidade, e isso é desemprego. Eu vi empresas que queriam estabelecer o seu CD em Porto Alegre, como a Petisqueira, e não puderam fazer isso, porque a legislação da cidade era restritiva e não permitia, lá na Av. Ipiranga por exemplo. São absurdos, são entulhos que a gente precisa remover da cidade. Então a gente tem que desburocratizar, dar crédito, dar formação, ajudar e estimular a economia. Depois, aqui, de volta na Câmara, fizemos a CPI da telefonia, e na CPI da telefonia concluímos a lei geral do licenciamento das antenas de radiobase, que é importante também para a economia da cidade, a telefonia; fizemos a lei geral da telefonia que é considerada hoje uma das mais modernas do Brasil, por força daquilo. Depois criamos aqui o revogação, no primeiro ano da atual gestão, e depois do Ver. Felipe Camozzato assumiu essa questão que, também naquele ano, revogou muitas leis que são atrapalho para quem, de fato, empreende. Então são, vereadores, mais de dez anos de atuação nessa área, de apoiar, ajudar e incentivar. Eu fiquei muito honrado, num determinado momento, quando recebi um prêmio do SEBRAE, disputando com mais de 300 municípios, por aquele programa que nós fizemos na Secretaria de Indústria e Comércio, pela lei geral da microempresa, pela criação da linha da empresa, que era o ônibus que dava apoio, pela criação do programa de microcrédito, pela continuidade do programa do alvará eletrônico e, no final disso, Porto Alegre foi considerada uma cidade modelo no apoio, especialmente, ao micro e ao pequeno empreendedor que são 90% de quem empreende no nosso país. Eu acho que essa lei é mais um passo nisso, é fundamental para isso. O Estado não pode ser um atrapalho nas costas das pessoas, o Estado não pode ser um obstáculo para quem quer empreender, ele não pode ser um peso nem para o grande, muito menos para o pequeno empreendedor e, se possível, o Estado tem que fomentar as atividades econômicas e ajudar quem quer abrir uma pequena empresa, seja um armarinho, seja um salão de beleza, o que quer que seja, uma empresa de uma doceira, de uma quituteira, em tudo isso o Estado não pode ser um atrapalho, ele tem que estar ali apoiando. E hoje, quando nós vamos dispensar o alvará para essas pequenas empresas, vocês podem ter certeza de que nós vamos estar fazendo um grande favor, em favor da sociedade, em favor de quem quer gerar emprego, não mais tendo que se submeter aos horrores da burocracia. Muito obrigado e parabéns a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudar a Ver.<sup>a</sup> Mônica, comandando os trabalhos, Presidente da Casa; quero, primeiramente, saudar aqui os cobradores de ônibus que estão na expectativa do seu projeto e quero dizer aos senhores e às senhoras como é bom ver no plenário, nos momentos importantes da Casa, 35 vereadores presentes, e o que não está presente acredito que de tarde estará aqui. Então é muito importante a presença de todos esses momentos cruciais que têm havido em Porto Alegre. Quero falar sobre o projeto dos vereadores Ricardo, Camozzato e Mendes Ribeiro, dizer que o mundo mudou e está mudando cada vez mais. Nada é demérito dos ex-secretários da SMIC que faziam de uma forma, o momento era aquele, Ver. Ricardo. Se entendia que aquilo era certo, que aquilo era do momento. Hoje, portanto, se os mesmos estivessem lá, também estariam avançando muito mais na geração de emprego, favorecendo para micro e pequenas empresas. A burocracia da prefeitura, é verdade, atrapalha o cidadão de Porto Alegre, atrapalha o dia a dia de Porto Alegre. Não adianta reunir 800 CC's e dizer que agora vai começar a limpar a cidade, vai começar a tapar os buracos, vai começar a tapar o esgoto que está correndo a céu aberto, a água que está correndo. Gente, quem, de quatro anos, não fez em três, não vai fazer em um ano só, isso não existe! Temos experiência, temos vários ex-secretários aqui – eu tive o privilégio de ser secretário de obras. Se pegarmos a SMOV, Oliboni, e fizermos uma comparação entre a nossa época e a SMOV de hoje, sucateada, quebrada não tem condições; nem as usinas, tanto da Restinga, como na Zona Norte, estão a pleno vapor. Então há necessidade de mudança! A gente discorda em muitas coisas dos próprios governos estadual e federal, noutras, a gente tem que entender que é a evolução. Já tem, por exemplo, a carteira de trabalho digital, não precisa ter papel na mão. Estou citando esse exemplo porque ela não perde a sua validade, ela continua com a validade, mas é evolução, facilita o trabalhador e a Nação gastar menos e se tem mais dinheiro para empregar em outras áreas. Então nós vamos votar, sobre a questão do projeto da economia, favorável. A própria emenda do Ver. Mauro retira aquelas questões de inconstitucionalidade no momento, embora tenham outras que são de consequências do Município. Então eu acredito que devemos voltar. É provocativa da Câmara ajudar o Executivo, e conseqüentemente eu tenho certeza de que isso ajuda, a Nação precisa desenvolver novas gerações de emprego. Devemos facilitar o pequeno e o micro para que eles possam abrir o seu negócio; que eles possam gerar emprego e renda para sua família. Sou totalmente a favor, tenho certeza de que, se não votarmos agora pela manhã, à de tarde nós vamos votar, Ver. Cecchim, porque são evoluções. Vossa Excelência foi secretário e sabe que hoje faria diferente. Eu, como secretário de obras, faria melhor ainda, e vocês também, porque nós tínhamos uma tecnologia, um material mais adequado, o momento propício. Então, eu acredito que o debate é bom, e vamos votar à tarde, se Deus quiser. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver. Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB):** Obrigada Presidente. Colegas, serei breve, mas gostaria, primeiramente, de parabenizar os colegas Ver. Felipe Camozzato, Ver. Ricardo Gomes e Ver. Mendes Ribeiro pelo belíssimo projeto. Projeto que foi concebido, nessa Casa, pelos três vereadores e que, pela demora dessa Casa, pela delonga dessa Casa, já foi institucionalizado, já foi sancionado no município de Esteio. Como disseram os vereadores, Esteio já mostra um aumento na questão do empreendedorismo e, por consequência, na geração de renda, na geração de emprego. Eu tenho certeza absoluta e acredito que o brasileiro, o gaúcho, o porto-alegrense têm muito de empreendedorismo, até por conta de todas as dificuldades que vemos no dia a dia, seja na liberação do alvará, seja na liberação de um PPCI, seja pela crise econômica que está instalada em todos os municípios. Sabemos, também, da importância de o Município ter empreendedores, pois é aqui que tudo acontece, é aqui que são gerados empregos, a renda é gerada. Quiçá, queremos, esse pacto federativo que está em discussão em Brasília, efetivamente, corrija, para que a renda, os valores gerados pelos municípios, nos municípios permaneçam para melhoria dos serviços, para as comunidades que ali trabalham. Esses empreendedores, trabalhadores precisam ter a tranquilidade de que seus empreendimentos estarão em voga, dentro do Município. Lendo o projeto desses três nobres vereadores, vemos que passa pela boa-fé daqueles que querem abrir o empreendimento. São Empreendimentos de baixo risco, não precisamos aqui, Ver. Oliboni, ficar preocupados, pois são aqueles empreendimentos de estéticas, de *pet shops*, de cantinas, de chaveiros, de atacadista, de comércio varejista, de publicidade, de agências de viagens, ou seja, são empreendimentos de baixo risco, e ganha Porto Alegre em dar essa liberdade econômica para esses empreendedores, e eu tenho certeza de que Porto Alegre deve tratá-los como de boa-fé. É uma lei que vem proteger esse pequeno empreendedor, esse médio empreendedor, que nada mais quer do que poder investir aqui em Porto Alegre; investir o seu pequeno capital, criando vaga de emprego, que é o clamor de brasileiros, de gaúchos, de porto-alegrenses.

E eu desejo que esse leviatã liberte os novos empreendedores, liberte o empreendedorismo que ainda está dentro de gavetas. E eu tenho certeza de que esse leviatã estará controlado a partir da aprovação desse meritório projeto de lei do direito da liberdade econômica. Tenham então, vereadores Camozzato, Ricardo e Mendes, nesta companhia, vereadora colega e amiga alguém que vai votar favoravelmente, com muita certeza e com muita tranquilidade de que Porto Alegre precisa de empreendedores. Nós precisamos ter uma Porto Alegre mais atuante, mais pró-ativa e com liberdade econômica. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 018/19.

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD):** Sra. Presidente, senhora e senhores vereadores, membros desta Casa, quando se olha o projeto, lá atrás, até assusta, porque está revogando mais de 15 leis; aí quando se vai para o substitutivo, se vê que, na verdade, os legisladores, os colegas que fizeram este projeto viram a necessidade de algumas leis serem mantidas na cidade de Porto Alegre, garantindo a liberdade econômica. Mas eu quero ir no viés que alguns colegas foram, da dificuldade que cada vez mais as pessoas têm de empreender na cidade. O Ver. Valter deu o exemplo da Petisqueira, que hoje tem o seu CD fora de Porto Alegre, mas se nós começarmos a falar, tem a Pannel, que está com seu CD fora de Porto Alegre, o Walmart está com seu CD fora de Porto Alegre, a Quero-Quero está com seu CD fora de Porto Alegre, a Magazine Luiza está com seu CD fora de Porto Alegre, e assim nós podemos elencar várias outras empresas que levaram para fora o seu centro de distribuição, que é o coração da empresa, que é o que distribui todas as mercadorias, que hoje, independentemente da empresa do varejo, chega a ser o maior empregador, faz o maior volume. Nós temos o Porto Seco na nossa cidade que está completamente ocioso e que poderia abranger todas essas empresas, nós temos regiões da nossa cidade costeando a *freeway* que poderiam absorver essas empresas, regiões da cidade vizinhas à Alvorada, Viamão, Cachoeirinha que poderiam absorver essas empresas, mas não conseguimos em função da dificuldade, da burocracia que é a exigência hoje na cidade de Porto Alegre para abrir empresa. Pode até facilitar essa abertura de empresas fora do Município a questão tributária, que é muito alta. Quero fazer esse alerta ao Ver. Mendes Ribeiro, Felipe Camozzato e Ricardo Gomes que outras das coisas que afugentam muitos empreendedores de Porto Alegre é a carga tributária: a nossa cidade cobra impostos a mais do empreendedor, mais que qualquer outra cidade do entorno ou da Região Metropolitana. Nós poderíamos ter uma cidade muito mais pungente na questão do comércio e serviços, mas a dificuldade imposta na cidade de Porto Alegre para esse empreendedor. Há muito tempo se criou uma lei uma lenda urbana de que era a questão das legislações trabalhistas que dificultava o empreendedorismo, e a cada dia que passa está mais claro que o que dificulta a geração de emprego e renda é a mão forte do governo federal, a mão forte do governo estadual, e por último a mão que tem que ter o Município também, que fica com uma parcela insignificante de impostos. A cada R\$ 100,00 arrecadados, hoje, aqui na cidade de Porto Alegre, na nossa cidade, R\$ 62,00 vão para União; somente R\$ 16,00 ficam no Município, e o Município que é responsável, cada vez mais, pela educação básica, cada vez mais responsável pela saúde das pessoas; a União vem aqui, constrói os prédios, e o Município que tem que operar esses prédios. Agora também a novidade que surgiu, de dois anos para cá, que os municípios estão ampliando, aumentando as guardas municipais, também assumindo a responsabilidade da segurança pública. Nas obras da União em saneamento, em infraestrutura, ela exige um aporte dos municípios, uma contrapartida, como se chama, dos municípios. Isso é desleal, principalmente com as pessoas que precisam trabalhar.

Então nós encaminhamos para que esse projeto seja aprovado, ajudando na geração de emprego e renda na cidade de Porto Alegre, ajudando que as empresas

fiquem aqui no nosso Município e que algumas retornem para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Apregoo declaração do Ver. Reginaldo Pujol que, na condição de Líder da bancada do DEM, informa o impedimento do suplente Dinho do Grêmio em exercer a vereança no período de 18 a 21 de dezembro de 2019. Em razão da impossibilidade do suplente Dinho do Grêmio, o suplente Farid Germano Filho assumirá a vereança. Solicito ao suplente Farid Germano Filho que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Farid Germano Filho prestará a seguir.

**SUPLENTE FARID GERMANO FILHO (DEM):** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Declaro empossado o Ver. Farid Germano Filho. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Farid Germano Filho, V. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

O Ver. Farid Germano Filho está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADOR FARID GERMANO FILHO (DEM):** Presidente Mônica Leal, tão talentosa jornalista e competente Presidente da Casa; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, minha alegria, minha satisfação em poder, nesta data de hoje, convocado que fui pelo meu partido, o Democratas, pelo ilustre líder Reginaldo Pujol, a assumir a Câmara Municipal de Porto Alegre, um sonho antigo, um sonho que teve início no ano de 2015, que foi pretendido em 2016, mas, por algumas questões que acabam acontecendo e que fogem, muitas vezes, da nossa alçada, alguns votos faltaram para que pudéssemos estar presentes. Quero dizer a todos que estou muito feliz, muito honrado, quero colaborar, quero participar, quero ser extremamente participativo com todos, estar à disposição de todos e de todas e dizer que vou, da melhor maneira possível, honrar os 1.965 votos que recebi com muita dignidade, com muito trabalho e com muita correria. Quero dizer também que integrar a bancada do Democratas muito me honra, comandada brilhantemente por muito tempo pelo nosso ilustre Ver. Reginaldo Pujol e por demais integrantes, e dizer que a partir deste momento eu estou à inteira disposição de todos: à disposição dos colegas vereadores e vereadoras, à disposição do povo de

Porto Alegre, à disposição daqueles que me honraram com o seu voto, que me honraram com a possibilidade de hoje estar aqui nessa bancada que tanto sonhei. A vida da gente é feita de sonhos e de momentos, nem sempre são grandes momentos, são pequenos grandes momentos, e se vive pequenos grandes momentos como se fossem grandes e gigantes momentos.

Então quero dizer à senhora, Presidente Mônica Leal, que conte comigo, tem um parceiro, um amigo, não só dos nossos programas de televisão, saudosos programas de televisão, de grandes debates, de grandes informações e de muitas polêmicas também, quero dizer que tem um parlamentar à sua disposição e quero publicamente cumprimentá-la pelo brilhantismo que vem exercendo à Presidência da Câmara Municipal de Porto Alegre desde o seu primeiro dia. Meus cumprimentos. Quero agradecer a todos pela oportunidade e reitero que estou à disposição para o que for necessário, para o que for preciso, sempre com as portas do nosso gabinete abertas para receber a todos e a todas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Esta presidência faz um requerimento que informa, conforme acordo de líderes, a seguinte ordem de priorização de votação na sessão da tarde: em primeiro, a votação do PLCL nº 018/19, a seguir o PLE nº 025/19, o PLL nº 092/18, o PLL nº 201/19, projeto do governo a ser definido, o PLL nº 203/19, o PLL nº 012/16, projeto do governo a ser definido, o PLL nº 002/17. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Cláudio Janta, ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 018/19.

Aprego a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Adeli Sell, ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 018/19.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 018/19.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 03 ao Substitutivo nº 01 ao PLCL nº 018/19.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Nobre Presidenta, antes que V. Exa. encerre a sessão, eu queria fazer um requerimento, que é de sua competência como Presidente da Câmara. À tarde, estão chegando aqui na Câmara de Vereadores os trabalhadores do IMESF, à medida que o governo passa, a partir de hoje, a dar o aviso prévio a uma dezena ou centena de trabalhadores – são 1.840 trabalhadores. O governo está dizendo que a partir de amanhã vota o projeto de lei que está tramitando aqui na Casa em regime de urgência. Hoje à tarde então, nós pedimos a gentileza de V. Exa., como Presidente da Câmara, que abra as portas da Câmara e que eles possam ficar na

parte interna, porque senão vão estar junto com os cobradores, na frente da Câmara, e não vai ter espaço para as pessoas ficarem do lado de fora, tamanha a repercussão que está dando e a indignação. O projeto não vai ser votado hoje, mas o governo está dando aviso prévio a todos os trabalhadores do IMESF, lamentavelmente, antes de poder ter a definição geral do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, o que a gente tem que perceber é que hoje à tarde terão milhares de pessoas aqui na frente. Então importante, é oportuno que V. Exa. os acolha aqui na parte interna da Câmara, negociando com as entidades, que não vote o projeto dos cobradores até que eles possam estar na parte interna da Câmara, que acho que é uma atitude interessante e de acolhida a esses trabalhadores que estão indignados com a atual situação.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito seu registro, informo que as portas desta Casa estão e estarão sempre abertas, desde que o número de pessoas seja compatível com o espaço, para segurança tanto das pessoas que estarão acompanhando como para os servidores e vereadores. Não existe nenhum problema, não existe ordem para impedimento de entrada das pessoas. Eu só solicito que respeitem o espaço, o número, para não haver nenhuma confusão.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** A gente sabe disso, nobre Presidente, por isso queremos agradecer a sua gentileza, porque, enquanto não se vota esse projeto dos cobradores, obviamente estarão fora do plenário, mas que esses trabalhadores não fiquem ali no relento, no meio da rua, trancando a rua; que possam ficar aqui dentro do espaço da Câmara, onde possam conversar com alguns vereadores e assim por diante, no sentido de, até amanhã, a gente fazer um acordo, inclusive, quem sabe, para que o governo retire o projeto do regime de urgência.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Feito o registro.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão do PLCL nº 018/19.

Apregoo o PR nº 053/19, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

Tendo em vista o acordo dos líderes, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 12h54min.)

\* \* \* \* \*